

O Uruguai ainda é um paraíso fiscal?

Um dos atrativos do Uruguai no contexto internacional, tendo por âncoras a moeda forte, estabilidade econômica e política, isenções fiscais, sigilo e privacidade nos negócios, liberdade cambial, economia de custos administrativos, acesso a determinados tipos de financiamento internacional e juros baixos, está com os dias contados com vistas à substituição por outro tratamento tributário adotado pela autoridade uruguaia e que já não se coaduna mais com o clichê tax haven.

O interesse da(o) empresária(o) em uma estrutura offshore está na maioria das vezes voltado a usufruir, de maneira juridicamente correta, de uma carga tributária menor do que aquela existente em seu país. Tais empreendimentos não podem, quando sediados em paraísos fiscais, desenvolver suas atividades nesse mesmo território, devendo dessa forma, operar tão somente fora do país onde estão sediados.

Esta é, justamente, a condição que reveste todas as sociedades anônimas financeiras (SAFI's) constituídas no Uruguai e investidas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. O governo uruguaio adotou sua reforma tributária em 1º de julho de 2007, obrigando todas as sociedades locais a se adequarem às novas regras até 31 de dezembro de 2010, implicando numa tributação distinta da atual, e na alteração do estatuto social dessas empresas (objeto social e capital social, este último passando a ser expresso em pesos uruguaio).

Basicamente as principais mudanças são as seguintes: (i) até 31 de dezembro de 2010: as SAFI's pode deter depósitos em moeda estrangeira sem tributação; seu objeto social (com restrições) deve ser operacionalizado fora do território uruguaio; e os lucros existentes no Uruguai e os saldos das contas bancárias (incluindo juros) não são tributados; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2011: as SAFI's serão sociedades anônimas normais - com objeto social sem restrições para operação no Uruguai ou fora dele; a sociedade anônima pode deter depósitos somente em pesos uruguaio; os saldos das contas bancárias (incluindo juros) são tributáveis na alíquota de 25% (Imposto de Renda); quando há distribuição de lucro a tributação pode chegar a 32% (Imposto de Renda); a sociedade anônima estará ainda sujeita aos seguintes tributos: sobre lucros apontados no balanço patrimonial - US\$ 400,00 por ano (Imposto de Controle das Sociedades Anônimas); e sobre patrimônio existente no Uruguai - 1,5%. ■



Maysa Fischer

www.fischeradvocacia.com

Sócia administradora da Fischer Advocacia, pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, mestre em Direito das Relações Sociais Profissional trilingüe atuando há mais de 20 anos na gestão jurídica e estratégica de negócios nacionais e internacionais, principalmente nas Américas, Europa e Ásia.